

EDITAL DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO 008/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

DECISÃO DO PREGOEIRO

RECORRENTE: B2G Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda.

RECORRIDA: FIND Soluções Corporativas Ltda.

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso Administrativo, interposto pela empresa B2G Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda., com fundamento no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no item 11 do Edital, em face da decisão administrativa que manteve a desclassificação de sua proposta no âmbito do Pregão Eletrônico nº 003/2025, bem como da habilitação e classificação da empresa FIND Soluções Corporativas Ltda., notadamente quanto ao Item 12 – Locação de Totem de Autoatendimento.

Durante a sessão pública do certame, procedeu-se à análise das propostas apresentadas, ocasião em que se verificou que a empresa B2G apresentou proposta limitada a item isolado, não contemplando a totalidade dos itens que compõem o objeto licitado, estruturado de forma expressa como grupo único, conforme previsão inequívoca do item 1.2 do Edital.

Em razão disso, a proposta da recorrente foi desclassificada, por descumprimento objetivo das condições editalícias de participação, em estrita observância aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

A empresa B2G manifestou intenção de recurso e, posteriormente, apresentou impugnação, inclusive por meio eletrônico, alegando suposta inconsistência entre o cadastramento do certame no Portal de Compras Públicas e as disposições do edital. Tal impugnação foi devidamente analisada e rejeitada, mediante Resposta à Impugnação, que manteve a decisão administrativa, com fundamento na força normativa do edital, na vedação à cotação parcial e na natureza integrada do objeto.

Na sequência, a empresa B2G interpôs Recurso Administrativo formal, reiterando os argumentos já analisados e acrescentando insurgência quanto à suposta ausência de catálogo, manual ou ficha técnica do equipamento ofertado pela empresa FIND.

Em observância aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da segurança jurídica, foi expedido o Ofício nº 002/2026 – DPL, notificando a empresa FIND para apresentação de contrarrazões, bem como determinando a suspensão da sessão da Prova de Conceito, até a decisão definitiva do recurso.

A empresa FIND apresentou Contrarrazões tempestivas, rebatendo integralmente as alegações da recorrente e juntando, de forma complementar, material técnico descritivo do Totem de Autoatendimento, expressamente consignando que tal documentação não constitui requisito editalício nem critério de julgamento, destinando-se apenas a reforçar a transparência e a boa-fé.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

Verifica-se que o recurso foi interposto por licitante legitimada, dentro do prazo legal e editalício, com observância dos requisitos formais previstos no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da mesma forma, as contrarrazões apresentadas pela empresa FIND atenderam plenamente aos requisitos de tempestividade e legitimidade.

Assim, CONHEÇO tanto do recurso administrativo quanto das contrarrazões apresentadas.

III – DO MÉRITO

II.1 - Da força normativa do edital e da obrigatoriedade de disputa em grupo único

O Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2025 estabelece, de forma clara, expressa, objetiva e inequívoca, no item 1.2, que:

“A licitação será realizada em grupo único, [...], devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.”

Deste modo, tal disposição não se apresenta como mera diretriz procedimental, mas como condição objetiva de participação, cuja inobservância acarreta, de maneira vinculada, a desclassificação da proposta.

Nesse liame, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, o edital constitui a lei interna do certame, vinculando indistintamente a Administração e os licitantes. Não há espaço para interpretação subjetiva, mitigação ou relativização de exigência editalícia clara, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da legalidade, da segurança jurídica e do julgamento objetivo.

Com isso, a empresa B2G, ao apresentar proposta restrita a item isolado, deixou de atender requisito essencial e previamente estabelecido, circunstância que, por si só, impõe a manutenção de sua desclassificação.

III.2 – Da irrelevância jurídica do cadastramento operacional no sistema eletrônico

Outrossim, a alegação de que o cadastramento do certame no Portal de Compras Públicas teria induzido à interpretação de disputa por item não encontra respaldo jurídico, haja vista que o sistema eletrônico possui natureza instrumental e operacional, não sendo apto a alterar, suprimir ou relativizar as regras expressamente previstas no edital e em seus anexos.

Deste modo, eventuais inconsistências operacionais do sistema não prevalecem sobre o instrumento convocatório, cabendo ao licitante a leitura integral do edital e a formulação de proposta em conformidade com suas disposições.

Não é juridicamente admissível transferir à Administração a responsabilidade por erro de interpretação do edital, sobretudo quando a exigência de disputa em grupo único encontra-se expressamente consignada.

III.3 – Da impossibilidade de saneamento da falha

Quanto à proposta, é possível observar que a falha verificada não é sanável, pois não se trata de erro formal, material ou documental, mas de inexistência de proposta válida para o objeto licitado, considerado em sua integralidade.

Sob essa ótica, uma vez que o Edital delimita que a licitação correrá em grupo único, devendo, portanto, o licitante apresentar proposta para todos os itens, o art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021 é cristalino ao estabelecer que:

“Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.”

Nesse sentido, há de se observar que o item 10.2 do Termo de Referência, prevê expressamente que a forma de execução do contrato será realizada de maneira integrada, contínua e indivisível, de modo que seja impossível apresentar proposta parcial, bem como fornecer o item parcialmente. Deste modo, a impossibilidade da divisão do fornecimento de item faz com que a proposta que menciona apenas o Item 12 do Edital contenha vício insanável devendo, nos termos do fundamento supracitado, ser desclassificada.

Cumprir destacar, ainda, que o objeto do certame não consiste na aquisição isolada de equipamento, mas na contratação de solução integrada de tecnologia da informação, sendo o Totem de Autoatendimento elemento instrumental, objeto de locação mensal, com manutenção, suporte e responsabilidade integral do contratado.

Assim, o material técnico juntado pela empresa FIND foi apresentado de forma voluntária e complementar, sem qualquer impacto no julgamento objetivo, servindo apenas para afastar alegações

genéricas de risco técnico, não podendo, em nenhuma hipótese, ser utilizado como critério excludente.

IV – DECISÃO

Diante de todo o exposto, DECIDO:

a) CONHECER do Recurso Administrativo interposto pela empresa B2G Comércio de Produtos e Equipamentos Ltda., por preencher os requisitos de admissibilidade legal e editalícia;

b) CONHECER das Contrarrazões apresentadas pela empresa FIND Soluções Corporativas Ltda.;

c) NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo-se:

1. a desclassificação da proposta da empresa B2G, por descumprimento objetivo das disposições editalícias;

2. a habilitação e classificação da empresa FIND Soluções Corporativas Ltda.;

d) DETERMINAR o regular prosseguimento do certame, com a retomada das etapas subsequentes, inclusive a redesignação da sessão de Prova de Conceito, se for o caso, mediante prévia comunicação aos interessados e registro nos autos.

Encaminha-se a presente decisão para autoridade máxima do órgão para que, no prazo legal, junte aos autos a decisão final.

Divinópolis/MG, 12 de janeiro de 2026.

Ruan Brandão Raposo Simões
Pregoeiro - CIMMVI